

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo, sendo que 351 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos, exceto pelos municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuipá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

O quadro a seguir demonstra um resumo da situação contratual dos municípios operados:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2021
Total de municípios contratualizados	351	342	342
Saldo contábil – intangível e ativo de contrato	44.260.083	42.260.091	41.630.815
Percentual do intangível e ativo de contrato	94,43%	93,80%	93,90%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	13.128.723	15.490.808	11.512.329
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	95,40%	95,01%	95,12%
Municípios com contratos vencidos:	1	8	8
Saldo contábil – intangível e ativo de contrato	11.592	214.329	215.833
Percentual do intangível e ativo de contrato	0,02%	0,48%	0,49%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	10.981	41.194	29.635
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	0,08%	0,25%	0,24%
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2030:	23	25	25
Saldo contábil – intangível e ativo de contrato	1.040.458	1.127.920	1.148.688
Percentual do intangível e ativo de contrato	2,22%	2,50%	2,59%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	523.277	653.408	471.834
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	3,80%	4,01%	3,90%

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2021
Município de São Paulo:			
Percentual do intangível e ativo de contrato	43,02%	43,11%	42,87%
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	45,36%	44,45%	45,13%

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de *American Depositary Receipts (ADRs) Level III*, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social dessas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto para a Saneaqua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

Instabilidade econômica agravada pela COVID-19

Em relação aos efeitos da Covid-19, ressaltamos que em 2020 houve a migração do volume faturado das categorias pública, comercial e industrial que possuem tarifas médias mais elevadas para a categoria residencial. No entanto, desde 2021 nota-se retorno do volume faturado para essas categorias e, consequentemente, recuperação no preço médio das tarifas.

As despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ainda demonstram crescimento, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na inadimplência em 2022.

Novo Marco Legal do Saneamento

No dia 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. A nova lei amplia a concorrência no setor, ao extinguir a figura do contrato de programa, promove incentivo à prestação regionalizada dos serviços para propiciar os ganhos de escala e prevê o fortalecimento da regulação dos serviços.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. A nova Lei ainda atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para regulação dos serviços de saneamento, com o objetivo de padronizar a atuação das agências reguladoras e minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Em 31 de maio de 2021, foi editado o Decreto Federal nº 10.710, que regulamenta o Art. 10-B da Lei nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização até 2033. O referido Decreto impôs métricas de avaliação econômico-financeiras dos prestadores de serviços para comprovação de sua capacidade de realizar investimentos no prazo pretendido, além de uma série de condicionantes para que os contratos vigentes possam ser considerados regulares, cujas eventuais adaptações deveriam ocorrer até 31 de março de 2022, em linha com o determinado no Art. 11-B, §1º, do Novo Marco Legal.

Em atendimento ao referido Decreto, a Companhia apresentou em 30 de dezembro de 2021 requerimento à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, contendo os documentos que comprovam sua capacidade de manter a prestação dos serviços na área operada com atendimento às metas de universalização de água e de coleta e tratamento de esgoto até 2033 estipuladas pelo Novo Marco Legal, atestadas por auditor e certificador independentes. Em 28 de março de 2022 a ARSESP reconheceu a capacidade econômico-financeira da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

Neste novo contexto, a Companhia considera importante destacar que: i) possui 366 contratos regulares que já foram adaptados às disposições do Novo Marco Legal, que asseguram 99,5% da receita; ii) goza de acesso a capitais públicos e ao mercado de capitais privado, devido à sólida reputação, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada e o atingimento da universalização dos serviços no prazo estabelecido pela nova lei; e iii) conta com elevado nível de governança.

A expectativa da Administração da Companhia é que com a retomada gradual das atividades econômicas, o aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer os investimentos necessários.

Aprovações

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2022.

2 Base de elaboração e apresentação das informações trimestrais

Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2022 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Desta forma, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 30 de setembro de 2022, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Portanto, nestas informações trimestrais, as notas explicativas a seguir não são apresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento e/ou com as mesmas referências das notas integrantes das demonstrações financeiras anuais (conforme referências numéricas):

- i. Resumo das principais políticas contábeis (Nota 3);
- ii. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações (Nota 4);
- iii. Gestão de risco – Instrumentos financeiros (Nota 5.4);
- iv. Principais julgamentos e estimativas contábeis (Nota 6);
- v. Saldos e transações com partes relacionadas (Nota 11);
- vi. Investimentos (Nota 12);
- vii. Intangível (Nota 15);
- viii. Empréstimos e financiamentos (Nota 17);
- ix. Impostos e contribuições diferidos (Nota 19);
- x. Provisões (Nota 20);
- xi. Obrigações previdenciárias (Nota 22);
- xii. Patrimônio líquido (Nota 24);
- xiii. Cobertura de seguros (Nota 27);

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

Os valores divulgados nas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais de 30 de setembro de 2022 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, divulgadas na Nota 3 daquelas demonstrações.

4 Gestão de risco

4.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrentes de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros atrativas, sendo tais financiamentos em dólar norte-americano e em iene.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de *hedge* ou *swap* e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

Parte da dívida financeira no valor total de R\$ 2.648.470 em 30 de setembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.321.489), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	30 de setembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Moeda estrangeira (em milhares)	R\$	Moeda estrangeira (em milhares)	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	173.518	938.142	163.538	912.624
Empréstimos e financiamentos – Iene	45.513.537	1.700.841	49.324.813	2.390.774
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		5.882		4.121
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		3.605		13.970
Total da exposição		2.648.470		3.321.489
Custo de captação – US\$		(28.168)		(22.486)
Custo de captação – Iene		(2.697)		(2.850)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16)		<u>2.617.605</u>		<u>3.296.153</u>

O decréscimo de 20,6% no saldo da dívida em moeda estrangeira de 30 de setembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021 foi impactado principalmente pelas desvalorizações do dólar e do iene frente ao real. O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação
US\$	R\$ 5,4066	R\$ 5,5805	-3,1%
Iene	R\$ 0,03737	R\$ 0,04847	-22,9%

No período de janeiro a setembro de 2022 ocorreu uma redução relativa à variação cambial nos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 554.575 (de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 305.357 de redução), que representou 8,6% da redução dos empréstimos e financiamentos, vide Nota 16 (ii). Em 30 de setembro de 2022, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 teria sido de R\$ 264.847 (período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 – R\$ 326.427), para mais ou para menos.

O cenário provável, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene.

A Companhia entende que o cenário apresentado é razoável dada a instabilidade do real frente ao dólar norte americano e ao iene.

	Cenário provável
	(*)
Exposição cambial líquida em 30 de setembro de 2022 em US\$ - Passiva	173.518
Taxa do US\$ em 30 de setembro de 2022	5,4066
Taxa cambial estimada conforme cenário	5,2000
Diferença entre as taxas	0,2066
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho	35.849
Exposição cambial líquida em 30 de setembro de 2022 em iene - Passiva	45.513.537
Taxa do iene em 30 de setembro de 2022	0,03737
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,03925
Diferença entre as taxas	(0,00188)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(85.565)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(49.716)

(*) Para os cenários prováveis em dólar e iene, foram utilizadas as taxas de câmbio projetadas para 30 de setembro de 2023, conforme Focus-BACEN e relatório de Taxas Referenciais da B3, de 30 de setembro de 2022, respectivamente.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa de juros variável:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
CDI (i)	9.251.150	7.612.299
TR (ii)	1.637.178	1.638.079
IPCA (iii)	3.063.043	3.019.459
TJLP (iv)	1.497.622	1.478.740
SOFR (v)	938.145	912.626
Juros e encargos	321.815	243.696
Total	16.708.953	14.904.899

- (i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (ii) TR - Taxa Referencial de Juros
- (iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- (iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (v) SOFR - *Secured Overnight Financing Rate*

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 30 de setembro de 2022, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 antes dos impostos teria sido de R\$ 167.090 (período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 – R\$ 150.786) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 30 de setembro de 2022 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data destas informações trimestrais. Vide Notas 6, 7, 8, 9 e 10.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o *rating* divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme demonstrado a seguir:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil	AA(bra)	AAA.br	-
Banco Santander Brasil	-	AAA.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Bradesco	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco BV	-	AA.br	brAAA
Banco BTG Pactual	AA(bra)	AAA.br	brAAA

O quadro a seguir apresenta a avaliação de *rating* divulgado pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
AA(bra)	2.117.469	1.905.810
AAA(bra)	1.004.817	970.474
Outros (*)	298.366	275.030
	3.420.652	3.151.314

(*) Está incluído nesta categoria, em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$ 281.952 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 262.465) referente ao Banco BV, contas correntes e aplicações financeiras, o qual não possui classificação pela Fitch.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como do pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada foram utilizadas as taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2022.

	Outubro a dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em 30 de setembro de 2022							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	660.887	3.588.414	3.705.134	3.741.450	3.479.959	17.425.860	32.601.704
Empreiteiros e fornecedores	289.126	-	-	-	-	-	289.126
Serviços a pagar	587.189	-	-	-	-	-	587.189
Parceria Público-Privada – PPP	115.519	462.309	433.822	388.120	388.120	4.072.182	5.860.072
Compromissos Contrato de Programa	62.043	38.001	1.168	1.168	1.168	13.456	117.004

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 16 (c).

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com o CPC 40 (R1). O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 30 de setembro de 2022 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que for menor, considerando um cenário provável.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

30 de setembro de 2022

Indicadores	Exposição	Cenário provável
Ativo		
CDI	1.643.163	13,21%(**)
Receita financeira		217.062
Passivo		
CDI	(9.251.150)	13,21%(**)
Juros a incorrer		(1.222.077)
Exposição líquida - CDI	(7.607.987)	(1.005.015)
Passivo		
TR	(1.637.178)	0,0194%(**)
Despesa a incorrer		(318)
IPCA	(3.063.043)	5,0%(*)
Despesa a incorrer		(153.152)
TJLP	(1.497.622)	7,01%(*)
Juros a incorrer		(104.983)
SOFR (***)	(938.145)	4,504%(**)
Juros a incorrer		(42.254)
Despesas totais líquidas a incorrer		(1.305.722)

(*) Fonte dos índices: BACEN de 30 de setembro de 2022

(**) Fonte dos índices: B3 de 30 de setembro de 2022

(***) SOFR – utilizada a curva LIBOR, como equivalente no mercado secundário

4.2 Gestão de capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para aumentar seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	<u>30 de setembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	18.778.451	17.723.836
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.788.758)	(717.929)
(-) Aplicações financeiras (Nota 7)	<u>(1.631.894)</u>	<u>(2.433.385)</u>
Dívida líquida	15.357.799	14.572.522
Total do Patrimônio Líquido	<u>27.355.286</u>	<u>24.931.859</u>
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	<u>42.713.085</u>	<u>39.504.381</u>
Índice de alavancagem	<u>36%</u>	<u>37%</u>

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

4.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos, saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, saldos a pagar com fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada – PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são:

Ativos Financeiros

	30 de setembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.788.758	1.788.758	717.929	717.929
Aplicações financeiras	1.631.894	1.631.894	2.433.385	2.433.385
Caixa restrito	37.661	37.661	28.467	28.467
Contas a receber de clientes	3.396.500	3.396.500	2.918.311	2.918.311
ANA	15.443	15.443	20.666	20.666
Outros ativos	239.047	239.047	226.242	226.242

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 30 de setembro de 2022 era de R\$ 1.163.314 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 818.552), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 10. Parte deste saldo, no montante de R\$ 1.067.672 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 741.910), refere-se ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - GO, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Passivos Financeiros

	30 de setembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	18.778.451	19.096.829	17.723.836	17.947.954
Empreiteiros e fornecedores	289.126	289.126	236.763	236.763
Serviços a pagar	587.189	587.189	469.027	469.027
Compromisso Contratos de Programa	111.623	111.623	122.647	122.647
Parceria Público-Privada - PPP	2.950.978	2.950.978	3.060.185	3.060.185

Os critérios adotados para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, na preparação das informações trimestrais de 30 de setembro de 2022 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, tendo em vista os prazos de vencimentos próximos à data destas informações trimestrais, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração divulgue os julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, os quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamento, exceto aquelas que envolvem estimativa, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as premissas e estimativas que são significativas para as informações trimestrais são: (i) perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa; (ii) ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa; (iii) obrigações previdenciárias; (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos; (v) provisões; e (vi) receita não faturada.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30 de setembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Caixa e bancos	62.327	146.853
Equivalentes de caixa	<u>1.726.431</u>	<u>571.076</u>
Total	<u>1.788.758</u>	<u>717.929</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de setembro de 2022 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 95,59% do CDI (em 31 de dezembro de 2021 – 96,00%).

7 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Banco BV	281.952	262.465
Banco Itaú Unibanco	392.982	366.906
Banco Bradesco	562.807	524.791
Banco BTG Pactual	393.064	367.361
Banco do Brasil	1.089	911.862
	1.631.894	2.433.385

Em 30 de setembro de 2022 a remuneração média das aplicações financeiras correspondia a 102,90% do CDI (em 31 de dezembro de 2021 – 101,57%).

8 Caixa restrito

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	28.270	21.464
Caixa Econômica Federal – depósito judicial	2.733	740
Outros	6.658	6.263
	37.661	28.467

- (i) Refere-se ao valor deduzido do montante do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

9 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Particulares:		
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	2.256.912	2.042.023
Acordos (iii)	483.944	514.616
	2.740.856	2.556.639
Entidades governamentais:		
Municipais	574.231	586.810
Federais	10.290	7.869
Acordos (iii)	362.894	278.844
	947.415	873.523
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Mogi das Cruzes	4.023	3.580
São Caetano do Sul	41.251	24.464
	45.274	28.044
Fornecimento a faturar	884.363	740.193
Subtotal (b)	4.617.908	4.198.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (c)	(1.221.408)	(1.280.088)
Total	3.396.500	2.918.311
Circulante	3.118.249	2.695.077
Não circulante	278.251	223.234
Total	3.396.500	2.918.311

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores a vencer	2.379.524	1.896.535
Vencidos:		
Até 30 dias	521.071	502.164
Entre 31 e 60 dias	227.736	267.723
Entre 61 e 90 dias	158.389	182.977
Entre 91 e 120 dias	144.833	155.018
Entre 121 e 180 dias	224.343	258.718
Entre 181 e 360 dias	139.206	95.751
Acima de 360 dias	822.806	839.513
Total vencidos	2.238.384	2.301.864
Total	4.617.908	4.198.399

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Movimentação do ativo	Janeiro a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2021
Saldo no início do período	1.280.088	1.157.619
Perdas/(reversões)	(18.774)	131.918
Recuperações	(39.906)	(41.757)
Saldo no final do período	1.221.408	1.247.780

Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Baixas	(193.831)	(628.271)	(135.100)	(291.601)
(Perdas) com entidades estaduais - partes relacionadas	4.772	3.143	(1.356)	(1.949)
(Perdas)/reversão com particular/entidades públicas	42.171	18.774	(1.844)	(131.918)
Recuperações	11.066	39.906	19.741	41.757
Valor contabilizado como despesa (Nota 27)	(135.822)	(566.448)	(118.559)	(383.711)

A Companhia não possui clientes que individualmente representam 10% ou mais do total da receita.

(d) Ação de Cobrança – SABESP e Prefeitura Municipal de São Paulo

Em 5 de novembro de 2001, a Companhia ajuizou ação de cobrança referente ao fornecimento de água e serviços de esgoto contra a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, no valor de R\$ 22.042. Em 24 de junho de 2022, após diversos desdobramentos a SABESP apresentou memória de cálculo no valor de R\$ 1.703.342 (data-base maio de 2022). Em 1º de julho de 2022, a Procuradoria Geral do Município foi intimada a impugnar os cálculos apresentados pela SABESP, e diante da ausência de manifestação para impugnação, no dia 2 de setembro de 2022, foram homologados pelo Juiz.

Diante disto, no dia 6 de outubro de 2022, a SABESP requereu a expedição do ofício requisitório no montante de R\$ 1.703.342, que foi deferido pelo Juiz no dia 9 de outubro de 2022 determinando a intimação da Procuradoria Geral do Município. Em 19 de outubro de 2022, transcorreu o prazo para a leitura da intimação pela Procuradoria Geral do Município e aguarda-se a expedição do ofício requisitório.

Diante das incertezas apresentadas quanto ao início e ao término da realização deste ativo, a SABESP aguarda a expedição do precatório para conseguir mensurar uma estimativa razoável quanto aos efeitos financeiros decorrentes deste processo, principalmente quanto ao cálculo do valor presente para posterior registro contábil.

10 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Estado de São Paulo

(i) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas e despesas

	<u>30 de setembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de saneamento	143.471	127.614
Perdas estimadas	(49.190)	(52.333)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal	27.061	11.930
- Acordo GESP – 2015 (iv)	94.540	86.446
Total do circulante	<u>215.882</u>	<u>173.657</u>
Não circulante:		
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	1.361	1.361
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP – 2015 (iv)	946.071	643.534
Total do não circulante	<u>947.432</u>	<u>644.895</u>
Total de recebíveis	<u>1.163.314</u>	<u>818.552</u>

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos:		
Prestação de serviços de saneamento	95.642	76.642
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	1.067.672	741.910
Total	1.163.314	818.552
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	275.240

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Receita de serviços de saneamento	175.324	483.127	145.941	389.322
Recebimentos de partes relacionadas	(175.477)	(457.488)	(96.351)	(316.687)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(38.473)	(119.885)	(33.792)	(121.850)

(ii) Valores Controversos

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.447.219 e R\$ 1.375.137, respectivamente, sendo que foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante integral.

(iii) Passivo Atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.184.279 e R\$ 2.192.062, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, vide Nota 21.

(iv) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (ii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O valor principal está sendo pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram

vendidas em 20 de abril de 2016; e

- O valor de R\$ 609.109 que está sendo pago em 156 parcelas mensais, atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

A ação que contestava a possibilidade de transferência dos Reservatórios teve a sentença publicada no Diário Oficial do Estado, em 22 de julho de 2022, impedindo a transferência dos Reservatórios para a SABESP. Assim, conforme previsto no acordo, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao valor principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027 (valor atualizado até fevereiro de 2015), parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do valor principal. O valor será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e, a partir daquela data, incidirá atualização monetária pelo IPCA, mais juros simples de 0,5% ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em julho de 2022, foi registrado o montante de R\$ 325.561, relativo ao valor da correção monetária até julho de 2022, ajustada a valor presente nessa mesma data.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo a receber era de R\$ 94.540 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 86.446) e R\$ 946.071 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 643.534).

(b) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os Reservatórios.

O saldo desse acordo em 30 de setembro de 2022 era de R\$ 8.855 e R\$ 100.870 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 7.956 e R\$ 88.264), registrados nas rubricas de “Outras obrigações”, no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado, vide Nota 16.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo os gastos são integralmente cobrados.

Nos períodos de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022, os gastos com os empregados cedidos a outras entidades estaduais somaram R\$ 240 e R\$ 581 (de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 165 e R\$ 540), respectivamente.

Não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia nos períodos de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022 e nos mesmos períodos de 2021.

(f) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido reconhecido até 30 de setembro de 2022 era de R\$ 108.992 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 129.600), vide Nota 21.

(h) Remuneração do Conselho Fiscal e da Administração

Nos períodos de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022, os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador e da Administração foram de R\$ 1.468 e R\$ 4.675 (de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 1.586 e R\$ 4.777).

Nos períodos de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022, foram registradas quantias adicionais de R\$ 265 e R\$ 1.005 (de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 360 e R\$ 1.080), respectivamente, referentes ao programa de bônus dos diretores.

(i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

Aquapolo Ambiental

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Aquapolo Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2022 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 402 e R\$ 12.113, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante, na rubrica “Outros ativos” (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 11.884 e R\$ 11.021), respectivamente, sendo os juros calculados à taxa do CDI + 1,2% ao ano.

Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

Águas de Andradina

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Águas de Andradina S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa.

Em 30 de setembro de 2022 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 152 e R\$ 1.009, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante da Companhia, na rubrica “Outros ativos” (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 34 e R\$ 1.009), respectivamente, sendo os juros calculados à taxa do CDI + 3% ao ano.

Este contrato foi assinado em 17 de agosto de 2021. O principal juntamente com o reajuste, juros acumulados, e eventuais impostos, deverão ser integralmente quitados até 31 de agosto de 2025.

(j) FEHIDRO

A Companhia possui contratos de financiamento no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídrico – FEHIDRO. Tais recursos são destinados para a execução de obras e serviços de esgotamento sanitário. Em 30 de setembro de 2022 o saldo desses financiamentos era de R\$ 6,0 milhões (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 4,7 milhões).

11 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (*joint venture* ou “negócios em conjunto” – CPC 19 (R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

	Patrimônio líquido		Dividendos distribuídos	Resultado do período	
	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Janeiro a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2021
Sesamm	57.586	58.421	(10.354)	9.519	5.005
Águas de Andradina	30.473	29.591	-	882	1.819
Águas de Castilho	10.382	9.384	-	998	1.142
Attend Ambiental	29.271	23.493	(500)	6.278	10.419
Aquapolo Ambiental	80.163	58.172	-	21.991	18.234
Paulista Geradora de Energia	5.578	6.153	-	(575)	(413)

	Investimentos		Dividendos distribuídos	Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação	
	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Janeiro a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2021	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Sesamm	20.732	21.032	(3.727)	3.427	1.802	36%	36%
Águas de Andradina	9.142	8.877	-	265	545	30%	30%
Águas de Castilho	3.114	2.815	-	299	342	30%	30%
Attend Ambiental	13.172	10.572	(225)	2.825	4.688	45%	45%
Aquapolo Ambiental	39.280	28.504	-	10.776	8.935	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	1.394	1.538	-	(144)	(103)	25%	25%
Total	86.834	73.338	(3.952)	17.448	16.209		
Outros investimentos	6.099	6.099					
Total geral	92.933	79.437					

12 Propriedades para Investimento

	31 de dezembro de 2021	Depreciação	30 de setembro de 2022
Propriedades para investimento	46.126	(36)	46.090

	31 de dezembro de 2020	Baixas e alienações	Depreciação	30 de setembro de 2021
Propriedades para investimento	46.274	(100)	(36)	46.138

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado destas propriedades era de aproximadamente R\$ 386.000.

13 Ativo de contrato

	31 de dezembro de 2021	Adições (i)	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	30 de setembro de 2022 (iii)
Total Ativo de contrato	8.550.102	3.559.587	1.001	(3.322.568)	8.788.122

	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Transferências de obras para o intangível	30 de setembro de 2021
Total Ativo de contrato	7.969.164	3.466.866	1.166	(2.690.263)	8.746.933

- (i) As maiores adições do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e Praia Grande nos montantes de R\$ 1.559 milhões, R\$ 120 milhões e R\$ 107 milhões, respectivamente.
- (ii) As maiores transferências do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e Taboão da Serra nos montantes de R\$ 1.743 milhões, R\$ 606 milhões e R\$ 84 milhões, respectivamente.
- (iii) As maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e Franca nos montantes de R\$ 3.019 milhões, R\$ 446 milhões e R\$ 319 milhões, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2022, o ativo de contrato incluía o montante de R\$ 276.893 reconhecido como arrendamento (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 276.893). Os arrendamentos fazem parte do custo das obras, e desde junho de 2020, as obras complementares estão sendo executadas pela Companhia.

(a) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

A Companhia capitaliza juros e variação monetária e cambial no ativo de contrato durante o período de construção. No período de janeiro a setembro de 2022 capitalizou o valor de R\$ 458.786 (de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 183.241).

(b) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.

Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor. Em 30 de setembro de 2022 e 2021 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para os períodos de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022 foi de R\$ 30.357 e R\$ 76.289 (de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 26.668 e R\$ 72.672), respectivamente.

(c) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados no ativo de contrato durante as obras. Nos períodos de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022, o total referente às desapropriações foi de R\$ 1.995 e R\$ 49.017 (de julho a setembro e de janeiro a setembro – R\$ 8.145 e R\$ 58.437), respectivamente.

14 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	30 de setembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	703.749	(219.390)	484.359	696.728	(205.671)	491.057
Contratos de concessão – valor econômico	1.534.435	(898.916)	635.519	1.497.968	(816.527)	681.441
Contratos de programa	26.247.264	(8.331.719)	17.915.545	24.804.170	(7.652.149)	17.152.021
Contratos de programa – compromissos	1.709.757	(431.524)	1.278.233	1.709.757	(391.800)	1.317.957
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	24.517.691	(7.448.699)	17.068.992	22.834.803	(6.676.032)	16.158.771
Licença de uso de software	1.228.128	(622.523)	605.605	1.133.833	(535.099)	598.734
Direito de uso – Outros ativos	188.782	(96.353)	92.429	173.715	(69.862)	103.853
Total	56.129.806	(18.049.124)	38.080.682	52.850.974	(16.347.140)	36.503.834

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	30 de setembro de 2022
Intangíveis decorrentes de:							
Contratos de concessão – valor patrimonial (*)	491.057	-	7.569	(173)	(113)	(13.981)	484.359
Contratos de concessão – valor econômico	681.441	13	35.978	254	(8)	(82.159)	635.519
Contratos de programa (*)	17.152.021	8.754	1.462.550	3.601	(2.285)	(709.096)	17.915.545
Contratos de programa – compromissos	1.317.957	-	-	-	-	(39.724)	1.278.233
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	16.158.771	208	1.722.413	4.223	(20.575)	(796.048)	17.068.992
Licença de uso de software	598.734	214	94.058	6	-	(87.407)	605.605
Direito de uso – Outros ativos	103.853	41.947	-	-	(54)	(53.317)	92.429
Total	36.503.834	51.136	3.322.568	7.911	(23.035)	(1.781.732)	38.080.682

(*) Em 30 de setembro de 2022, as rubricas Contratos de concessão – valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 57.020 e R\$ 171.331 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 65.012 e R\$ 180.669), respectivamente.

	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	30 de setembro de 2021
Intangíveis decorrentes de:							
Contratos de concessão – valor patrimonial (*)	483.775	-	16.260	76	(140)	(13.120)	486.851
Contratos de concessão – valor econômico	734.665	-	32.812	14	(242)	(77.058)	690.191
Contratos de programa (*)	16.360.307	10.579	932.362	602	(2.281)	(645.710)	16.655.859
Contratos de programa – compromissos	1.370.923	-	-	-	-	(39.724)	1.331.199
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	14.872.604	11.272	1.641.261	(1.218)	(2.859)	(736.451)	15.784.609
Licença de uso de software	540.625	-	67.568	-	-	(72.180)	536.013
Direito de uso – Outros ativos	42.676	123.701	-	-	(3.976)	(58.079)	104.322
Total	34.405.575	145.552	2.690.263	(526)	(9.498)	(1.642.322)	35.589.044

(*) Em 30 de setembro de 2021, as rubricas Contratos de concessão – valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 68.353 e R\$ 183.782 (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 76.454 e R\$ 193.107), respectivamente.

(c) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

Em 30 de setembro de 2022, os valores ainda não desembolsados estavam registrados na rubrica “Compromissos contratos de programa”, nos passivos circulante e não circulante nos montantes de R\$ 99.620 e R\$ 12.003 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 77.652 e R\$ 44.995), respectivamente.

(d) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/2004.

Os valores registrados no intangível, líquidos de amortização, estão assim demonstrados:

	<u>30 de setembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Alto Tietê	255.797	269.062
São Lourenço	2.768.374	2.895.798
Total	<u>3.024.171</u>	<u>3.164.860</u>

As obrigações assumidas pela Companhia estão demonstradas no quadro a seguir:

	<u>30 de setembro de 2022</u>			<u>31 de dezembro de 2021</u>		
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total do passivo</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total do passivo</u>
Alto Tietê	68.570	63.616	132.186	69.442	102.873	172.315
São Lourenço	98.928	2.719.864	2.818.792	73.315	2.814.555	2.887.870
Total	<u>167.498</u>	<u>2.783.480</u>	<u>2.950.978</u>	<u>142.757</u>	<u>2.917.428</u>	<u>3.060.185</u>

(e) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,9% e 4,7% em 30 de setembro de 2022 e 2021, respectivamente.

(f) Direito de uso

Natureza	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Arrendamentos - Ativo de Contrato	276.893	276.893
Arrendamentos - Contrato de Concessão e Programa		
Custo	405.435	405.446
Amortização acumulada	(177.084)	(159.765)
(=) Líquido	228.351	245.681
Outros ativos		
Veículos	153.384	142.003
Imóveis	12.756	6.570
Equipamentos	7.914	9.841
Outros ativos	14.728	15.301
Amortização acumulada	(96.353)	(69.862)
(=) Líquido	92.429	103.853
Direito de uso	597.673	626.427

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 16.

A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

Impacto sobre o resultado		
	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Amortização do direito de uso	(70.636)	(74.032)
Resultado financeiro – despesa de juros e variação monetária	(53.962)	(51.818)
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(17.675)	(16.175)
Redução do lucro do período	(142.273)	(142.025)

(g) Contratos de Performance

Em 30 de setembro de 2022, os saldos contábeis destes contratos registrados no ativo de contrato e no intangível eram de R\$ 132.849 e R\$ 1.852.307 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 737.657 e R\$ 871.488), respectivamente.

15 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	30 de setembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação
Terrenos	94.213	-	94.213	-	94.213	-	94.213	-
Edificações	88.727	(42.047)	46.680	2,1%	86.703	(41.205)	45.498	2,1%
Equipamentos	398.571	(288.924)	109.647	16,7%	397.782	(282.628)	115.154	15,1%
Equipamentos de transporte	12.048	(9.792)	2.256	9,9%	10.434	(7.962)	2.472	9,9%
Móveis e utensílios	37.948	(14.952)	22.996	6,9%	36.561	(14.482)	22.079	6,7%
Outros	26.735	(281)	26.454	5,0%	11.982	(241)	11.741	5,0%
Total	658.242	(355.996)	302.246	12,2%	637.675	(346.518)	291.157	11,1%

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	30 de setembro de 2022
Terrenos	94.213	-	-	-	-	94.213
Edificações	45.498	3.278	(1.180)	(45)	(871)	46.680
Equipamentos	115.154	20.244	(8.162)	(403)	(17.186)	109.647
Equipamentos de transporte	2.472	-	430	(3)	(643)	2.256
Móveis e utensílios	22.079	2.064	29	(88)	(1.088)	22.996
Outros	11.741	14.886	(29)	(78)	(66)	26.454
Total	291.157	40.472	(8.912)	(617)	(19.854)	302.246

	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	30 de setembro de 2021
Terrenos	94.213	-	-	-	-	94.213
Edificações	45.347	1.998	(1.373)	(5)	(779)	45.188
Equipamentos	101.016	22.902	(1.755)	(238)	(15.371)	106.554
Equipamentos de transporte	2.969	-	-	-	(499)	2.470
Móveis e utensílios	17.419	1.962	1.657	(99)	(905)	20.034
Outros	7.287	504	831	-	(108)	8.514
Total	268.251	27.366	(640)	(342)	(17.662)	276.973

16 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira

Em moeda nacional

	30 de setembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 12ª Emissão	45.450	79.015	124.465	45.450	113.049	158.499
Debêntures 14ª Emissão	-	-	-	25.388	-	25.388
Debêntures 17ª Emissão	142.955	-	142.955	102.252	101.982	204.234
Debêntures 18ª Emissão	49.597	75576	125.173	48.479	92.677	141.156
Debêntures 21ª Emissão	-	-	-	174.849	-	174.849
Debêntures 22ª Emissão	200.000	322.567	522.567	200.000	508.530	708.530
Debêntures 23ª Emissão	-	864.877	864.877	-	864.776	864.776
Debêntures 24ª Emissão	-	482.763	482.763	-	461.350	461.350
Debêntures 26ª Emissão	-	1.224.539	1.224.539	-	1.168.317	1.168.317
Debêntures 27ª Emissão	-	997.814	997.814	-	997.433	997.433
Debêntures 28ª Emissão	-	1.197.669	1.197.669	-	1.197.395	1.197.395
Debêntures 29ª Emissão	-	1.265.884	1.265.884	-	1.230.602	1.230.602
Debêntures 30ª Emissão	-	998.078	998.078	-	-	-
Caixa Econômica Federal	100.605	1.411.537	1.512.142	98.784	1.380.170	1.478.954
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	10.075	-	10.075	13.394	6.665	20.059
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.193	25.069	32.262	7.161	30.308	37.469
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.873	17.057	21.930	4.851	20.619	25.470
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	26.872	40.230	67.102	26.751	60.089	86.840
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	153.993	692.871	846.864	117.593	617.251	734.844
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	33.710	397.400	431.110	33.558	420.685	454.243
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	6.553	18.102	24.655	6.524	22.874	29.398
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	2.163.770	2.345.119	181.349	2.344.403	2.525.752
Inter-American Development Bank - BID INVEST	37.340	853.558	890.898	34.800	890.400	925.200
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	7.050	459.071	466.121	-	-	-
International Finance Corporation – IFC	40.000	710.767	750.767	-	-	-
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	43.534	325.188	368.722	36.640	360.671	397.311
Arrendamento Mercantil (Outros)	74.653	42.074	116.727	69.306	56.663	125.969
Outros	6.265	7.353	13.618	4.790	9.274	14.064
Juros e Demais Encargos	315.950	-	315.950	239.581	-	239.581
Total em moeda nacional	1.488.017	14.672.829	16.160.846	1.471.500	12.956.183	14.427.683

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos**Instituição financeira****Em moeda estrangeira**

	30 de setembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 30.834 mil (dez/21 – US\$ 41.112 mil)	55.570	111.139	166.709	57.357	172.071	229.428
Inter-American Development Bank - BID 4623 – US\$ 60.559 mil (dez/21 – US\$ 30.329 mil)	-	310.272	310.272	-	155.192	155.192
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRDs 7662 e 8916 – US\$ 74.433 mil (dez/21 – US\$ 76.712 mil)	32.870	358.812	391.682	33.927	386.328	420.255
JICA 15 – Iene 8.067.010 mil (dez/21 – Iene 9.219.440 mil)	43.066	258.398	301.464	55.858	391.008	446.866
JICA 18 – Iene 7.253.120 mil (dez/21 – Iene 8.289.280 mil)	38.721	232.183	270.904	50.223	351.398	401.621
JICA 17 – Iene 3.897.396 mil (dez/21 – Iene 3.706.564 mil)	10.789	133.983	144.772	12.833	165.900	178.733
JICA 19 – Iene 26.296.011 mil (dez/21 – Iene 28.109.529 mil)	67.771	913.233	981.004	87.901	1.272.803	1.360.704
BID 1983AB – US\$ 7.692 mil (dez/21 – US\$ 15.385 mil)	41.311	-	41.311	42.927	42.336	85.263
Juros e Demais Encargos	9.487	-	9.487	18.091	-	18.091
Total em moeda estrangeira	299.585	2.318.020	2.617.605	359.117	2.937.036	3.296.153
Total dos empréstimos e financiamentos	1.787.602	16.990.849	18.778.451	1.830.617	15.893.219	17.723.836

Cotações de 30 de setembro de 2022: US\$ – R\$ 5,4066; Iene – R\$ 0,03737 (em 31 de dezembro de 2021: US\$ – R\$ 5,5805; Iene – R\$ 0,04847).

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 21ª Emissão	Recursos próprios	2022	CDI + 0,60% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série)	
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Debêntures 23ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1ª série) e CDI+ 0,63% (2ª série)	
Debêntures 24ª Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1ª série) e 3,37% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 26ª Emissão	Recursos próprios	2030	4,65% (1ª série) e 4,95% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 27ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1ª série) e CDI+ 1,80% (2ª série) e CDI + 2,25% (3ª série)	
Debêntures 28ª Emissão	Recursos próprios	2028	CDI + 1,20% (1ª série) e CDI+ 1,44% (2ª série) e CDI + 1,60% (3ª série)	
Debêntures 29ª Emissão	Recursos próprios	2036	CDI + 1,29% (1ª série) e 5,3058% (2ª série) e 5,4478% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 30ª Emissão	Recursos próprios	2029	CDI + 1,30% (1ª série) e CDI+ 1,58% (2ª série)	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2022/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 1,82%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Governo Federal	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	Recursos próprios	2036	CDI + 2,50%	
International Finance Corporation – IFC	Recursos próprios	2032	CDI + 2,00%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (Outros)		2027	5,20% a 15,39%	
Outros	Recursos próprios	2025	3% (FEHIDRO) TJLP + 1,5% (FINEP)	

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 30.834 mil	Governo Federal	2025	3,10% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 4623 – US\$ 60.559 mil	Governo Federal	2044	3,62% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD 7662 – US\$ 70.008 mil	Governo Federal	2034	4,38% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD 8916 – US\$ 4.425 mil	Governo Federal	2048	3,83% (*)	US\$
JICA 15 – Iene 8.067.010 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18 – Iene 7.253.120 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17 – Iene 3.897.396 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19 – Iene 26.296.011 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 7.692 mil	-	2023	2,08% a 2,38% (*)	US\$

(*) Taxas compostas pela SOFR + *spread* definido contratualmente.

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 30 de setembro de 2022

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028 até 2048</u>	<u>TOTAL</u>
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	41.619	737.339	1.070.665	1.201.533	1.080.529	1.690.560	2.124.539	7.946.784
Caixa Econômica Federal	25.974	98.128	97.639	103.743	110.230	117.111	959.317	1.512.142
BNDES	61.662	239.906	233.195	212.964	203.127	190.613	292.531	1.433.998
BID 2202	-	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	1.438.374	2.345.119
BID INVEST	-	37.340	39.550	44.300	106.390	108.728	554.590	890.898
BID INVEST 2022	-	14.100	14.100	38.275	38.431	38.431	322.784	466.121
IFC	-	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	350.767	750.767
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	43.534	46.102	48.454	32.141	32.991	33.717	131.783	368.722
Arrendamento Mercantil (Outros)	20.295	65.380	17.062	9.223	4.107	660	-	116.727
Outros	1.531	6.234	2.972	2.739	142	-	-	13.618
Juros e Demais Encargos	<u>195.350</u>	<u>120.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>315.950</u>
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	<u>389.965</u>	<u>1.626.478</u>	<u>1.784.986</u>	<u>1.906.267</u>	<u>1.837.296</u>	<u>2.441.169</u>	<u>6.174.685</u>	<u>16.160.846</u>
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	-	55.570	55.570	64.186	17.233	17.233	267.189	476.981
BIRD	-	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	227.332	391.682
JICA	5.394	160.347	160.347	160.347	160.347	160.347	891.015	1.698.144
BID 1983AB	-	41.311	-	-	-	-	-	41.311
Juros e Demais Encargos	<u>6.779</u>	<u>2.708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.487</u>
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	<u>12.173</u>	<u>292.806</u>	<u>248.787</u>	<u>257.403</u>	<u>210.450</u>	<u>210.450</u>	<u>1.385.536</u>	<u>2.617.605</u>
Total Geral	<u>402.138</u>	<u>1.919.284</u>	<u>2.033.773</u>	<u>2.163.670</u>	<u>2.047.746</u>	<u>2.651.619</u>	<u>7.560.221</u>	<u>18.778.451</u>

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	30 de setembro de 2022
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	7.467.968	-	1.000.000	(3.786)	131.416	-	(490.679)	(521.761)	387.729	196.825	8.383	8.176.095
Caixa Econômica Federal	1.483.113	-	91.299	-	11.913	4.663	(87.562)	(74.686)	59.322	28.331	-	1.516.393
BNDES	1.392.844	-	200.000	-	4.001	2.083	(77.467)	(160.601)	46.377	31.086	194	1.438.517
BID 2202	2.589.442	-	-	-	-	-	(281.971)	(181.349)	71.988	169.562	716	2.368.388
BID INVEST	956.942	-	-	-	-	-	(108.921)	(34.800)	95.097	-	499	908.817
BID INVEST 2022	-	-	470.000	(3.922)	-	-	-	-	15.509	-	43	481.630
IFC	-	-	760.000	(9.385)	-	-	-	-	-	21.139	152	771.906
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	397.311	-	-	-	-	-	(40.939)	(28.589)	40.939	-	-	368.722
Arrendamento Mercantil (Outros)	125.969	41.947	-	-	-	-	(13.022)	(64.211)	26.044	-	-	116.727
Outros	14.094	-	3.654	-	35	2	(599)	(4.138)	571	32	-	13.651
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	14.427.683	41.947	2.524.953	(17.093)	147.365	6.748	(1.101.160)	(1.070.135)	743.576	446.975	9.987	16.160.846
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BID	387.837	-	154.692	(3.444)	(2.971)	-	(7.400)	(56.273)	8.994	-	358	481.793
BIRD	420.881	-	19.115	(3.166)	(13.946)	61	(3.779)	(30.895)	3.515	20	258	392.064
JICA	2.401.887	-	15.546	-	(535.408)	1.837	(32.498)	(171.909)	19.479	2.654	153	1.701.741
BID 1983AB	85.548	-	-	-	(4.149)	-	(1.051)	(40.115)	971	491	312	42.007
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	3.296.153	-	189.353	(6.610)	(556.474)	1.898	(44.728)	(299.192)	32.959	3.165	1.081	2.617.605
Total Geral	17.723.836	41.947	2.714.306	(23.703)	(409.109)	8.646	(1.145.888)	(1.369.327)	776.535	450.140	11.068	18.778.451

	31 de dezembro de 2020	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	30 de setembro de 2021
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	6.756.504	-	1.200.000	(4.074)	147.412	-	(171.784)	(464.295)	203.760	72.646	12.442	7.752.611
Caixa Econômica Federal	1.418.832	-	112.968	-	-	-	(84.408)	(69.217)	58.164	26.358	-	1.462.697
BNDES	1.370.902	-	207.136	-	-	-	(62.990)	(133.721)	38.184	24.931	194	1.444.636
BID 2202	2.730.195	-	-	-	-	-	(97.829)	(181.349)	37.833	47.108	716	2.536.674
BID INVEST	944.513	-	-	-	-	-	(33.276)	(18.340)	40.522	-	498	933.917
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	428.743	-	-	-	-	-	(39.861)	(24.364)	39.861	-	-	404.379
Arrendamento Mercantil (Outros)	45.876	123.705	-	-	-	-	(11.957)	(56.586)	23.914	-	-	124.952
Outros	15.197	-	2.921	(32)	-	-	(515)	(2.789)	489	18	-	15.289
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	13.710.762	123.705	1.523.025	(4.106)	147.412	-	(502.620)	(950.661)	442.727	171.061	13.850	14.675.155
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BID	317.302	-	78.537	(3.796)	13.785	-	(7.783)	(53.197)	5.792	-	140	350.780
BIRD	426.860	-	-	(3.377)	19.989	-	(2.481)	(32.965)	1.255	-	165	409.446
JICA	2.684.321	-	16.242	(41)	(90.210)	7.137	(42.376)	(208.100)	26.774	4.565	143	2.398.455
BID 1983AB	119.379	-	-	-	4.365	-	(1.617)	(40.606)	1.513	478	312	83.824
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	3.547.862	-	94.779	(7.214)	(52.071)	7.137	(54.257)	(334.868)	35.334	5.043	760	3.242.505
Total Geral	17.258.624	123.705	1.617.804	(11.320)	95.341	7.137	(556.877)	(1.285.529)	478.061	176.104	14.610	17.917.660

(a) Principais eventos ocorridos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022

Debêntures

Em 18 de março de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 1,0 bilhão referente a 30ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. Os recursos provenientes da captação por meio da emissão foram destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vincendos em 2022 e à recomposição e reforço de caixa da Companhia.

A realização da 30ª emissão de debêntures, ocorreu da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 500.000	03/2027	CDI + 1,30% a.a.
2ª série	R\$ 500.000	03/2029	CDI + 1,58% a.a.

- Os *covenants* pactuados para a 30ª Emissões de Debêntures são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants*, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias).

O contrato possui cláusula de *cross acceleration*, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 182 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constitui-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia realizou a amortização final da 14ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 27,6 milhões, sendo R\$ 25,7 milhões de principal e R\$ 1,9 milhões de juros.

Em 15 de junho de 2022, a Companhia realizou a amortização final da 21ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 185,1 milhões, sendo R\$ 175,0 milhões de principal e R\$ 10,1 milhões de juros.

BID INVEST 2022

Em 15 de julho de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 470,0 milhões junto a Corporação Interamericana de Investimentos (BID INVEST).

Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados exclusivamente ao custeio de despesas do Projeto de Despoluição do Rio Tietê.

A amortização do valor do principal será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e a final em junho de 2036. O vencimento dos juros será semestral, em dezembro e junho, tendo início em dezembro de 2022 e final em junho de 2036, e a remuneração será CDI + 2,5% a.a.

- Os *covenants* pactuados para o BID INVEST 2022 são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;

- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;

Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

International Finance Corporation (IFC)

Em 27 de julho de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 760,0 milhões junto ao *International Finance Corporation (IFC)*.

Os recursos provenientes da captação serão destinados a financiar:

- as despesas de capital relacionadas ao programa Novo Rio Pinheiros;
- as despesas de capital para melhorar os serviços de saneamento das regiões litorâneas de São Paulo e;
- as despesas de capital para melhorar o abastecimento de água em municípios da região litorânea de São Paulo e da periferia do município de São Paulo.

A amortização do valor do principal será semestral, em abril e outubro, tendo início em abril de 2023 e a final em abril de 2032. O vencimento dos juros será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2022 e final em abril de 2032, e a remuneração será CDI + 2,0% a.a.

- Os *covenants* pactuados para o IFC são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;

- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;

Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

(b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados no ativo de contrato e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção.

Após a entrada em operação é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos, vide Nota 14 (f).

(c) Compromissos financeiros – Covenants

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 30 de setembro de 2022.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Dívida Total Ajustada / EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00

(1) A definição contratual para “Outras Dívidas Onerosas” é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	30 de setembro de 2022
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.261
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	255
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	1.295
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	1.325
Outros	18
TOTAL	4.154

(*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 30 de setembro de 2022 (US\$ 1,00 = R\$ 5,4066; Iene 1,00 = R\$ 0,03737).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

17 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	120.989	259.902
IRRF sobre aplicações financeiras	27.466	13.041
Outros tributos federais	3.257	3.161
Total	151.712	276.104

(b) Passivo circulante

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	62.231	-
Cofins e Pasep	126.447	111.963
INSS	43.229	39.902
IRRF	6.079	49.468
Outros	45.356	55.797
Total	283.342	257.130

18 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	<u>30 de setembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Impostos diferidos ativo		
Provisões	470.850	503.374
Obrigações previdenciárias – G1	143.898	150.577
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	46.396	47.589
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	162.391	183.963
Outros	161.138	127.092
Total do ativo fiscal diferido	<u>984.673</u>	<u>1.012.595</u>
 Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(357.218)	(368.235)
Capitalização de custos de empréstimos	(447.320)	(404.931)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(348.079)	(353.262)
Ganho atuarial – Plano G1	(109.271)	(109.271)
Margem de construção	(44.009)	(46.079)
Custas de captação	(14.728)	(14.556)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(1.320.625)</u>	<u>(1.296.334)</u>
 Passivo fiscal diferido líquido	<u>(335.952)</u>	<u>(283.739)</u>

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Variação líquida	30 de setembro de 2022
Impostos diferidos ativo			
Provisões	503.374	(32.524)	470.850
Obrigações previdenciárias – G1	150.577	(6.679)	143.898
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	47.589	(1.193)	46.396
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	183.963	(21.572)	162.391
Outros	127.092	34.046	161.138
Total	1.012.595	(27.922)	984.673
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(368.235)	11.017	(357.218)
Capitalização de custos de empréstimos	(404.931)	(42.389)	(447.320)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(353.262)	5.183	(348.079)
Ganho atuarial – G1	(109.271)	-	(109.271)
Margem de construção	(46.079)	2.070	(44.009)
Custas de captação	(14.556)	(172)	(14.728)
Total	(1.296.334)	(24.291)	(1.320.625)
Passivo fiscal diferido líquido	(283.739)	(52.213)	(335.952)

	31 de dezembro de 2020	Varição líquida	30 de setembro de 2021
Impostos diferidos ativo			
Provisões	436.445	40.874	477.319
Obrigações previdenciárias – G1	154.498	(2.979)	151.519
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	50.142	(2.012)	48.130
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	155.719	11.240	166.959
Outros	134.932	(13.195)	121.737
Total	931.736	33.928	965.664
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(388.675)	12.500	(376.175)
Capitalização de custos de empréstimos	(390.211)	(656)	(390.867)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(356.513)	2.566	(353.947)
Ganho atuarial – G1	(48.979)	-	(48.979)
Margem de construção	(48.843)	2.073	(46.770)
Custas de captação	(19.231)	2.646	(16.585)
Total	(1.252.452)	19.129	(1.233.323)
 Passivo fiscal diferido líquido	 (320.716)	 53.057	 (267.659)

(c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Lucro antes dos impostos	1.638.213	3.702.154	706.477	2.605.123
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(556.992)	(1.258.732)	(240.202)	(885.742)
Benefício dos juros sobre capital próprio	-	32.878	-	13.874
Diferenças permanentes				
Provisão Lei nº 4.819/1958 – G0 (i)	(6.876)	(21.861)	(5.968)	(17.895)
Doações	(2.434)	(7.316)	(3.708)	(7.383)
Outras diferenças	9.149	31.934	11.932	30.464
Imposto de renda e contribuição social	(557.153)	(1.223.097)	(237.946)	(866.682)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(501.204)	(1.170.884)	(262.037)	(919.739)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(55.949)	(52.213)	24.091	53.057
Alíquota efetiva	34%	33%	34%	33%

(i) Diferença permanente relativa à provisão da obrigação atuarial, vide Nota 21 (ii) e (v).

19 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(I) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Nota 3.15 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2021. O prazo e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

	30 de setembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações com clientes (i)	153.877	(6.781)	147.096	168.258	(10.780)	157.478
Ações com fornecedores (ii)	269.229	(37.000)	232.229	477.854	(123)	477.731
Outras questões cíveis (iii)	107.600	(1.797)	105.803	95.601	(2.523)	93.078
Ações tributárias (iv)	79.412	(15.756)	63.656	57.509	(2.693)	54.816
Ações trabalhistas (v)	383.228	(15.210)	368.018	349.962	(15.864)	334.098
Ações ambientais (vi)	391.506	(36)	391.470	331.326	(34)	331.292
Total	1.384.852	(76.580)	1.308.272	1.480.510	(32.017)	1.448.493
Circulante	642.277	-	642.277	809.821	-	809.821
Não circulante	742.575	(76.580)	665.995	670.689	(32.017)	638.672

(II) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	30 de setembro de 2022
Ações com clientes (i)	168.258	10.957	18.274	(29.025)	(14.587)	153.877
Ações com fornecedores (ii)	477.854	61.295	42.070	(303.892)	(8.098)	269.229
Outras questões cíveis (iii)	95.601	15.986	10.874	(7.151)	(7.710)	107.600
Ações tributárias (iv)	57.509	17.890	6.833	(1.500)	(1.320)	79.412
Ações trabalhistas (v)	349.962	79.700	27.698	(37.513)	(36.619)	383.228
Ações ambientais (vi)	331.326	29.249	39.498	(300)	(8.267)	391.506
Subtotal	1.480.510	215.077	145.247	(379.381)	(76.601)	1.384.852
Depósitos judiciais vinculados	(32.017)	(53.100)	(4.499)	9.797	3.239	(76.580)
Total	1.448.493	161.977	140.748	(369.584)	(73.362)	1.308.272

	31 de dezembro de 2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	30 de setembro de 2021
Ações com clientes (i)	160.705	25.425	19.113	(20.608)	(20.214)	164.421
Ações com fornecedores (ii)	410.734	44.885	46.658	(39.572)	(42.773)	419.932
Outras questões cíveis (iii)	86.083	6.946	8.440	(2.987)	(7.370)	91.112
Ações tributárias (iv)	59.678	6.329	5.777	(8)	(1.071)	70.705
Ações trabalhistas (v)	316.880	75.624	26.525	(36.664)	(26.977)	355.388
Ações ambientais (vi)	249.582	28.189	33.987	-	(9.436)	302.322
Subtotal	1.283.662	187.398	140.500	(99.839)	(107.841)	1.403.880
Depósitos judiciais vinculados	(31.360)	(15.908)	(3.512)	4.073	1.976	(44.731)
Total	1.252.302	171.490	136.988	(95.766)	(105.865)	1.359.149

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ações com clientes (i)	197.579	173.875
Ações com fornecedores (ii)	1.146.509	1.521.935
Outras questões cíveis (iii)	907.559	852.735
Ações tributárias (iv)	1.818.566	1.548.781
Ações trabalhistas (v)	2.179.834	1.095.841
Ações ambientais (vi)	3.547.141	3.201.716
Total	9.797.188	8.394.883

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Referem-se principalmente a ações de clientes que pleiteiam que suas tarifas sejam iguais às de outras categorias de consumidores, ações de redução de tarifas de esgoto em função das perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e ações de redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(vi) Ações ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia.

(d) Seguro garantia

Em 24 de maio de 2022, a Companhia firmou contrato, com vigência de um ano para emissão de apólices em diversas modalidades de garantia, tendo como limite o montante de R\$ 600 milhões. Dentre as modalidades há a Garantia Judicial para uso em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais limitado ao período de até cinco anos. Em 30 de setembro de 2022 o valor disponível para utilização do contrato vigente era de R\$ 487,9 milhões.

20 Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Salários e encargos sociais	40.013	58.591
Provisão para férias	267.218	226.127
Provisão para 13º salário	89.510	-
Plano de saúde – Assistência médica (i)	49.673	45.915
Provisão para participação no resultado (ii)	72.473	88.376
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	6.467	5.723
Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)	1.497	1.884
Total	526.851	426.616

(i) Plano de saúde – Assistência médica

O benefício assistencial é na modalidade de pós-pagamento, com a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e empregados. No terceiro trimestre de 2022 a Companhia participou em média com 8,8% da folha bruta de salários, totalizando R\$ 68.982 (no terceiro trimestre de 2021 foi 10,2% totalizando R\$ 71.601).

(ii) Provisão para participação no resultado

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas considerando o período de janeiro a dezembro, com previsão de pagamento no ano subsequente.

21 Obrigações Previdenciárias

A Companhia possui Planos de Benefício Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) – G1 (i) e G0 (ii); e Contribuição Definida (CD) – Sabesprev Mais (iii) e VIVEST (iv), sendo que somente este último está aberto para novas adesões. A conciliação dos gastos com tais planos está demonstrada no item (v).

Demonstrações dos planos de benefício definido

Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	Plano G1	Plano G0	Total
Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2021	(129.600)	(2.192.062)	(2.321.662)
Despesas reconhecidas em 2022	(8.779)	(132.714)	(141.493)
Pagamentos efetuados em 2022	29.387	140.497	169.884
Obrigações previdenciárias em 30 de setembro de 2022	(108.992)	(2.184.279)	(2.293.271)

	Plano G1	Plano G0	Total
Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2020	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)
Despesas reconhecidas em 2021	(17.435)	(118.661)	(136.096)
Pagamentos efetuados em 2021	26.623	127.276	153.899
Obrigações previdenciárias em 30 de setembro de 2021	(309.865)	(2.540.926)	(2.850.791)

(i) Plano G1

Administrado pela SABESPREV, o plano de benefício definido financiado (“Plano G1”), recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

(ii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, os funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados na rubrica “SalDOS com partes relacionadas”, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

(iii) Plano Sabesprev Mais

Administrado pela SABESPREV, as contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(iv) VIVEST

Administrado pela VIVEST, as contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Plano G1 (i)	2.922	8.779	5.812	17.435
Plano G0 (ii)	44.238	132.714	39.554	118.661
Plano Sabesp Mais (iii)	6.686	18.993	5.722	16.612
Plano VIVEST (iv)	85	216	44	102
Subtotal	53.931	160.702	51.132	152.810
Capitalizados	(878)	(2.472)	(1.092)	(3.150)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	(24.014)	(68.416)	(22.001)	(66.028)
Outros	1.333	3.916	1.256	3.728
Obrigações Previdenciárias (Nota 27)	30.372	93.730	29.295	87.360

22 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como: fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar às prefeituras decorrente dos repasses previstos nos contratos de concessão. Os saldos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram de R\$ 587.189 e R\$ 469.027, respectivamente.

23 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

	30 de setembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Estado de São Paulo	343.506.664	50,3	343.506.664	50,3
Outros acionistas				
No país ⁽¹⁾	250.217.972	36,6	234.965.971	34,4
No exterior ⁽²⁾	89.785.233	13,1	105.037.234	15,3
Total	683.509.869	100,0	683.509.869	100,0

- (1) Em 30 de setembro de 2022, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 38.223 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias – CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.
- (2) Ações negociadas na forma de *American Depositary Receipts* (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do The Bank New York Mellon, banco depositário dos ADRs da Companhia. Cada ADR equivale a uma ação.

(b) Juros sobre o capital próprio

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2022 a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 547.645, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 96.700 como dividendos adicionais, perfazendo o total de R\$ 644.345, os quais foram pagos em 27 de junho de 2022.

24 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.081.060	2.479.057	468.531	1.738.441
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	1,58163	3,62695	0,68548	2,54341

25 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento.

Resultado

	Julho a setembro de 2022		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	5.012.389	1.350.255	6.362.644
Deduções da receita bruta	(374.905)	-	(374.905)
Receita operacional líquida	4.637.484	1.350.255	5.987.739
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.151.290)	(1.319.898)	(4.471.188)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.486.194	30.357	1.516.551
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			(2.787)
Equivalência patrimonial			5.941
Resultado financeiro, líquido			118.508
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			1.638.213
Depreciação e amortização	(613.711)	-	(613.711)

Janeiro a setembro de 2022			
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	13.762.081	3.393.182	17.155.263
Deduções da receita bruta	(1.031.734)	-	(1.031.734)
Receita operacional líquida	12.730.347	3.393.182	16.123.529
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.258.316)	(3.316.893)	(12.575.209)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	3.472.031	76.289	3.548.320
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			2.129
Equivalência patrimonial			17.448
Resultado financeiro, líquido			134.257
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			3.702.154
Depreciação e amortização	(1.801.622)	-	(1.801.622)

Julho a setembro de 2021			
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	4.284.925	1.186.131	5.471.056
Deduções da receita bruta	(317.139)	-	(317.139)
Receita operacional líquida	3.967.786	1.186.131	5.153.917
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.774.033)	(1.159.463)	(3.933.496)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.193.753	26.668	1.220.421
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			2.686
Equivalência patrimonial			3.994
Resultado financeiro, líquido			(520.624)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			706.477
Depreciação e amortização	(564.914)	-	(564.914)

Janeiro a setembro de 2021			
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	12.103.359	3.232.339	15.335.698
Deduções da receita bruta	(908.445)	-	(908.445)
Receita operacional líquida	11.194.914	3.232.339	14.427.253
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(8.064.955)	(3.159.667)	(11.224.622)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	3.129.959	72.672	3.202.631
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			12.464
Equivalência patrimonial			16.209
Resultado financeiro, líquido			(626.181)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			2.605.123
Depreciação e amortização	(1.660.020)	-	(1.660.020)

- (i) Vide Nota 31 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.
- (ii) Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 14 (e).

26 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de saneamento:

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Região Metropolitana de São Paulo	3.601.598	9.876.342	3.050.344	8.619.977
Sistemas Regionais	1.410.791	3.885.739	1.234.581	3.483.382
Total	5.012.389	13.762.081	4.284.925	12.103.359

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Receita de serviços de saneamento (i)	5.012.389	13.762.081	4.284.925	12.103.359
Receita de construção	1.350.255	3.393.182	1.186.131	3.232.339
Impostos sobre vendas	(356.454)	(976.380)	(302.812)	(857.600)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF)	(18.451)	(55.354)	(14.327)	(50.845)
Receita líquida	5.987.739	16.123.529	5.153.917	14.427.253

(i) Inclui os montantes de R\$ 24.042 e R\$ 67.576 referentes a TRCF cobrada dos clientes no período de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2022 (de julho a setembro e de janeiro a setembro de 2021 – R\$ 21.825 e R\$ 60.682), respectivamente, referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

27 Custos e despesas operacionais

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Custos operacionais				
Salários, encargos e benefícios	(583.682)	(1.684.376)	(519.099)	(1.510.459)
Obrigações previdenciárias	(7.598)	(22.144)	(9.162)	(27.094)
Custos de construção (Nota 25)	(1.319.898)	(3.316.893)	(1.159.463)	(3.159.667)
Materiais gerais	(93.015)	(255.430)	(75.650)	(207.362)
Materiais de tratamento	(149.871)	(439.670)	(82.110)	(263.366)
Serviços de terceiros	(460.105)	(1.257.805)	(380.598)	(1.089.245)
Energia elétrica	(358.734)	(1.145.179)	(374.363)	(1.072.350)
Despesas gerais	(230.122)	(634.781)	(201.828)	(573.382)
Depreciação e amortização	(564.568)	(1.659.603)	(522.527)	(1.533.345)
	(3.767.593)	(10.415.881)	(3.324.800)	(9.436.270)

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Despesas com vendas				
Salários, encargos e benefícios	(78.757)	(227.130)	(68.032)	(197.107)
Obrigações previdenciárias	(1.023)	(2.992)	(1.187)	(3.548)
Materiais gerais	(1.989)	(5.268)	(1.813)	(5.231)
Serviços de terceiros	(110.593)	(301.309)	(83.972)	(251.495)
Energia elétrica	(155)	(840)	(294)	(970)
Despesas gerais	(24.768)	(76.456)	(25.368)	(83.692)
Depreciação e amortização	(16.769)	(50.171)	(16.616)	(49.694)
	(234.054)	(664.166)	(197.282)	(591.737)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	(135.822)	(566.448)	(118.559)	(383.711)
Despesas administrativas				
Salários, encargos e benefícios	(71.747)	(203.486)	(64.765)	(186.076)
Obrigações previdenciárias	(21.751)	(68.594)	(18.946)	(56.718)
Materiais gerais	(12.807)	(28.508)	(1.831)	(12.997)
Serviços de terceiros	(64.645)	(187.674)	(57.428)	(165.351)
Energia elétrica	(460)	(1.365)	(327)	(1.229)
Despesas gerais	(106.611)	(286.064)	(100.249)	(254.999)
Depreciação e amortização	(32.374)	(91.848)	(25.771)	(76.981)
Despesas tributárias	(23.324)	(61.175)	(23.538)	(58.553)
	(333.719)	(928.714)	(292.855)	(812.904)
Custos e despesas operacionais				
Salários, encargos e benefícios	(734.186)	(2.114.992)	(651.896)	(1.893.642)
Obrigações previdenciárias (Nota 21 (v))	(30.372)	(93.730)	(29.295)	(87.360)
Custos de construção (Nota 25)	(1.319.898)	(3.316.893)	(1.159.463)	(3.159.667)
Materiais gerais	(107.811)	(289.206)	(79.294)	(225.590)
Materiais de tratamento	(149.871)	(439.670)	(82.110)	(263.366)
Serviços de terceiros	(635.343)	(1.746.788)	(521.998)	(1.506.091)
Energia elétrica	(359.349)	(1.147.384)	(374.984)	(1.074.549)
Despesas gerais	(361.501)	(997.301)	(327.445)	(912.073)
Depreciação e amortização	(613.711)	(1.801.622)	(564.914)	(1.660.020)
Despesas tributárias	(23.324)	(61.175)	(23.538)	(58.553)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	(135.822)	(566.448)	(118.559)	(383.711)
	(4.471.188)	(12.575.209)	(3.933.496)	(11.224.622)

28 Receitas e despesas financeiras

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Despesas financeiras				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(271.251)	(676.593)	(167.368)	(378.707)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	(14.625)	(32.959)	(12.518)	(35.334)
Outras despesas financeiras	(89.156)	(253.105)	(81.801)	(235.345)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	14.689	(147.365)	(52.030)	(147.412)
Outras variações monetárias	(40.596)	(139.751)	(44.829)	(127.615)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(3.854)	(97.764)	(47.609)	(97.045)
Total de despesas financeiras	(404.793)	(1.347.537)	(406.155)	(1.021.458)
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas	350.124	476.989	60.078	148.731
Rendimento de aplicações financeiras	115.359	296.360	50.061	97.919
Juros ativos	61.452	203.056	34.433	113.315
Cofins e Pasep	(30.746)	(51.648)	(7.052)	(17.070)
Outras	-	14	-	41
Total de receitas financeiras	496.189	924.771	137.520	342.936
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	91.396	(422.766)	(268.635)	(678.522)
Variações cambiais				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	27.258	556.474	(252.672)	52.071
Variação cambial sobre ativos	(147)	443	697	290
Outras	1	106	(14)	(20)
Variações cambiais, líquidas	27.112	557.023	(251.989)	52.341
Financeiras líquidas	118.508	134.257	(520.624)	(626.181)

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Julho a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2022	Julho a setembro de 2021	Janeiro a setembro de 2021
Outras receitas operacionais, líquidas	22.115	45.985	19.717	39.467
Outras despesas operacionais	<u>(24.902)</u>	<u>(43.856)</u>	<u>(17.031)</u>	<u>(27.003)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u><u>(2.787)</u></u>	<u><u>2.129</u></u>	<u><u>2.686</u></u>	<u><u>12.464</u></u>

As outras receitas operacionais, usualmente, registram vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais, usualmente, registram baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado, perdas estimadas com ativos operacionais e com indenizações de ativos.

30 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 30 de setembro de 2022:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.027.976	1.840.417	258.860	732.921	3.860.174
Obrigações contratuais - Investimentos	<u>2.454.828</u>	<u>3.651.844</u>	<u>1.489.865</u>	<u>172.782</u>	<u>7.769.319</u>
Total	<u><u>3.482.804</u></u>	<u><u>5.492.261</u></u>	<u><u>1.748.725</u></u>	<u><u>905.703</u></u>	<u><u>11.629.493</u></u>

31 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	Janeiro a setembro de 2022	Janeiro a setembro de 2021
Total das adições de ativo de contrato (Nota 13)	3.559.587	3.466.866
Total das adições do intangível (Nota 14 (b))	51.136	145.552
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.103.092)	(1.135.191)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	2.507.631	2.477.227
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período (Nota 13 (a))	458.786	183.241
Empreiteiros a pagar	276.409	235.789
Contrato de performance	249.661	519.784
Direito de uso	41.947	123.705
Margem de construção (Nota 13 (b))	76.289	72.672
Total	1.103.092	1.135.191

32 Eventos subsequentes

- **Aquisição de 20% da empresa Foxx URE-BA Ambiental S/A**

No dia 8 de novembro de 2022 a Companhia assinou contrato para aquisição de participação de 20% da empresa Foxx URE-BA Ambiental S/A, Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), subsidiária da empresa Orizon Valorização de Resíduos S.A., pelo valor de R\$ 40 milhões, para transformação de resíduos sólidos urbanos em energia elétrica. Esta transação está sujeita a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

- **Constituição da Sociedade de Propósito Específico - Infranext Soluções em Pavimentação S.A.**

No dia 28 de outubro de 2022 foi constituída Sociedade de Propósito Específico ("SPE") Infranext Soluções em Pavimentação S.A., na qual terá participação acionária de 45%. Esta SPE tem por objetivo implantar uma usina de produção e comercialização de asfalto a frio, com investimento total previsto em R\$ 40 milhões ao longo de 2023, permitindo à SABESP utilizar o material em seus serviços de recomposição asfáltica.

- **Constituição da Sociedade de Propósito Específico - Cantareira SP Energia S.A.**

No dia 31 de outubro de 2022 foi constituída Sociedade de Propósito Específico ("SPE") Cantareira SP Energia S.A., com participação de 49%. Esta SPE atuará na produção e comercialização de energia elétrica e implantará quatro usinas de geração de energia fotovoltaica sobre estruturas flutuantes nos reservatórios da SABESP, sendo a primeira no reservatório Jaguari, integrante do Sistema Cantareira, com capacidade de 5MW e com previsão de entrada em operação em 2023.